

**Resumo da Intervenção Gestora do Programa regional da Madeira 2030 e Presidente do IDR da Madeira, Maria João Monte**  
Painel “40 anos de adesão de Portugal na CEE” - Mostra dos Fundos Europeus, em Coimbra (dezembro 2025)

## **O Impacto Transformativo na Região Autónoma da Madeira**

### **1. Enquadramento Estratégico: O Marco dos 40 Anos de Adesão**

Maria João Monte, gestora do Madeira 2030 e presidente do Instituto do Desenvolvimento Regional da Madeira (IDR), ofereceu uma perspetiva regional, focando-se no impacto dos fundos na Região Autónoma da Madeira. Sublinhou que o reconhecimento das regiões ultraperiféricas no Tratado (Artigo 349.º) foi decisivo para compensar constrangimentos geográficos.

Na sua intervenção na "Mostra dos Fundos Europeus", Maria João Monte transcende o exercício de memória institucional para apresentar um balanço crítico rigoroso do percurso de Portugal e a Madeira na CEE/UE. Afirmou ser imperativo analisar a convergência estratégica entre dois pilares fundacionais: a institucionalização da Autonomia Regional em 1976 e a adesão europeia em 1986. Refere ter sido o fator determinante que permitiu às regiões insulares transitar de um estado de atraso estrutural profundo para uma dinâmica de modernização acelerada.

A oradora salientou que o balanço deste percurso serve como o alicerce técnico indispensável para o planeamento do próximo ciclo de coesão, reafirmando que a robustez do projeto nacional depende, sem exceção, da resiliência e do sucesso das suas partes constituintes.



## **2. O Estatuto das Regiões Ultraperiféricas: O Artigo 349.º como Alavanca**

Maria João Monte reforçou que a arquitetura jurídica da União Europeia consolidou um avanço estratégico fundamental com o reconhecimento das especificidades regionais nos tratados. O **Artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)** não foi uma concessão administrativa, mas uma alavanca política de exceção. Ao consagrar o reconhecimento de constrangimentos "únicos e imutáveis" — afastamento, insularidade, orografia difícil e dependência económica de poucos produtos — o tratado permitiu que a barreira geográfica fosse transmutada em prioridade de investimento.

Sob a ótica de um estrategista, o Artigo 349.º validou o princípio de que a igualdade de oportunidades no Mercado Único exige, paradoxalmente, um tratamento diferenciado. Explicou que esta base jurídica foi o que possibilitou a adaptação das políticas comunitárias às realidades locais madeirenses, transformando o isolamento numa oportunidade de convergência apoiada por instrumentos financeiros modelados para mitigar custos de ultraperiferia.

## **3. Transformação Estrutural em Números: O Caso da Região Autónoma da Madeira**

Maria João Monte apresentou dados impressionantes de convergência, referindo que o PIB per capita da Madeira passou de 34% para 108,3% da média nacional e que a mortalidade infantil caiu drasticamente.

A aplicação dos fundos estruturais na Madeira funcionou como um catalisador de convergência real. A transição de um paradigma de sobrevivência para um de desenvolvimento sustentado é quantificável através dos indicadores de progresso que refletem o salto qualitativo da região.



## Indicadores de Progresso (1976/86 vs. Atualidade)

**MADEIRA: EVOLUÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÓMICOS**  
(Pre-Integração vs. Atualidade)

Indicador	Pre-Integração (Referência 1976/1986)	Dados Atuais / Recentes
PIB per capita (face à média nacional)	34% (em 1976)	108,3% (em 2023)
PIB per capita (face à média europeia)	Muito abaixo da média	87,2%
Taxa de Mortalidade Infantil	24,7 por 1000 (em 1932*)	1 por 1000
Esperança de Vida à Nascimento	(anos) 68 anos (em 1976)	81,5 anos (em 2022)
Educação (Corpo Docente)	1.800 (em 73/74)	6.324 (2021/22)
Educação (Alunos Matriculados)	1.900 (Secundário, 1977)	43.615 (Todos os níveis, 21/22)
Educação (Taxa de Analfabetismo)	26,6% (em 1981)	4,5% (em 2021)
Energia (Energia Elétrica Produzida - GWh)	81 GWh (1974)	936 GWh (2022)
Turismo (Unidades Hoteleiras)	18 (em 1976)	138 (em 2023)

\*Dado mais antigo disponível para contextualizar o progresso ao longo do século.

A Presidente do IFDR enfatizou que o facto de a Madeira ter superado a média do PIB per capita nacional (108,3%) é a prova inequívoca de que o Artigo 349.º não funcionou como uma "muleta", mas como um motor de convergência nestes 40 anos. Contudo, o diferencial face à média europeia (87,2%) sublinha que o percurso de integração ainda enfrenta o desafio da "lacuna de convergência" face aos parceiros comunitários mais desenvolvidos. Os fundos não foram apenas "gastos"; foram investimentos que permitiram à região "ousar sonhar", alterando irreversivelmente o seu perfil demográfico e económico.

#### 4. Governação e Gestão de Fundos: Da Pré-Adesão à Maturidade Administrativa

A oradora recordou que a trajetória da Madeira é também uma história de maturidade da sua administração pública. Desde o encerramento das ajudas de pré-adesão e a implementação do pioneiro **Programa Operacional Plurifundos (QCA I)**, a região desenvolveu competências técnicas para gerir um volume financeiro sem precedentes. Entre 1989 e 2027, a Madeira terá gerido mais de **6 mil milhões de euros**, um valor comparável ao seu PIB atual. A política regional na Madeira atravessou uma evolução de paradigma: da urgência das

# MOSTRA DOS FUNDOS EUROPEUS

infraestruturas básicas (energia, águas e saneamento) para uma aposta estratégica na qualificação, inovação e "**Regional Branding**".

Um fator crítico de sucesso foi a **previsibilidade financeira** conferida pelos quadros plurianuais da UE, recordou Maria João Monte. Enquanto as transferências do Orçamento do Estado (OE) sofrem historicamente com a instabilidade e a centralização, os fundos europeus garantiram a estabilidade necessária para o planeamento de longo prazo.

A transição da "sobrevivência" para a "maturidade política" é o maior ganho assinalado destes 40 anos. Fez notar que este montante superou largamente o apoio proveniente do Estado central, solidificando uma relação direta e vital entre o Funchal e Bruxelas.

## 5. Desafios Futuros e a "Inquietação" Regional

Foi mencionado que Portugal e as suas regiões enfrentam agora um momento de transição crítica com o horizonte pós-PRR e a preparação do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034. A "inquietação" estratégica manifestada prende-se com a tensão entre a nova agenda de competitividade da UE — influenciada pela lógica do "Relatório Draghi" (focada em clusters e competitividade global) — e a preservação do pilar da Coesão Territorial.

Para Maria João Monte, existe um risco real de que uma abordagem excessivamente centralizada e focada em "simplificação" acabe por sacrificar as especificidades das NUTS regionais. O modelo europeu de desenvolvimento não pode ceder à tentação de uma "geometria única". Se os custos do alargamento forem financiados através do sacrifício da ultraperiferia, o princípio de que "ninguém fica para trás" será desvirtuado. A competitividade europeia só será sustentável se for inclusiva; caso contrário, os custos do não-alargamento e do abandono da coesão serão existenciais para o projeto comunitário.

## 6. Conclusão: O Futuro como Compromisso

Concluindo, para Maria João Monte, os 40 anos de integração representam uma vitória da solidariedade europeia e da eficácia regional. Para honrar este legado e



# MOSTRA DOS FUNDOS EUROPEUS

garantir refere ser necessário a Madeira e Portugal continuarem na vanguarda das transições climática e digital.

Os desafios para as próximas décadas agrupam-se em três eixos críticos:

1. **Preservação do Modelo Regional:** Resistir à tentação de modelos de gestão "one-size-fits-all" que ignoram as especificidades territoriais. No modelo de gestão regional e na força do Artigo 349.º como garante de equilíbrio.
2. **Binómio Coesão-Competitividade:** Compreender que não há competitividade sustentável em territórios socialmente desequilibrados.
3. **Transições Gémeas:** Liderar na descarbonização e na digitalização, aproveitando a escala insular para projetos-piloto de âmbito europeu.

Em nota final, destacou ainda que a história dos 40 anos de adesão à UE é uma narrativa de sucesso de dois sentidos: a Madeira e Portugal ganharam modernidade, estabilidade e dignidade social; a Europa ganhou uma dimensão atlântica e uma projeção geoestratégica única. E ainda que o futuro exigirá rigor na avaliação de resultados, ambição na captura de valor acrescentado e a coragem política para manter a coesão no centro das decisões.

A Madeira de 2026 é uma região que já não luta pela sobrevivência básica, mas pela liderança na inovação. Para Maria João Mota, manter este rumo é um compromisso ético e técnico que se deve às próximas gerações, garantindo que a construção europeia continue a ser o garante de que ninguém, em qualquer ilha ou freguesia, fique para trás.

